



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

C.N.P.J. 78.200.482/0001-10

(E-mail) prefeitura-sarandi@wnet.com.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. P. 71 - Fone/Fax: (0\*\*44) 264-2777  
CEP 87111-230 - SARANDI - PARANÁ



APROVADO EM 06/08/2001  
POR *[Signature]*

PROVADO EM 13/08/2001  
POR *[Signature]*

## PROJETO DE LEI Nº

1009/01

**SÚMULA:-** Autoriza a concessão de direito real de uso de imóveis pertencentes à municipalidade, na forma que especifica:

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, **APARECIDO FARIAS SPADA**, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei, de autoria do Executivo Municipal.

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, dispensada a concorrência pública, Direito Real de Uso das áreas de terras constituídas pela quadra nº 02-Remanescente, com área de 2.500,80 m<sup>2</sup>., e quadra nº 02-A, com área de 1.760,56 m<sup>2</sup>., da Planta Urbana do Parque Residencial Bela Vista, situado neste Município, à **MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ - CGC nº. 79.154.076/0001-21**

**Parágrafo Único** - As áreas de terras descritas no "Caput" deste artigo, destinar-se-ão à edificação de uma Paróquia, Centro de Formação para leigo e casa da Pastoral da Criança.

**Art. 2º** - As obras deverão ter inicio no prazo de 06 (seis) meses e sua conclusão dentro de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação desta Lei.

**Art. 3º** - A concessão de direito real de uso prevista nesta Lei é intransferível e terá a duração máxima de 20 (vinte) anos, podendo ser renovada, por acordo entre as partes.

**Art. 4º** - Constará, obrigatoriamente, da escritura de concessão, cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio público municipal, com acessões e benfeitorias, se a concessionária inadimplir obrigações legais e contratuais, nomeadamente as de desvio da finalidade, paralisação das atividades por um período igual ou superior a 02 (dois) anos e a inobservância dos prazos constantes do artigo 2º desta Lei.

**Art. 5º** - Findo o prazo da concessão, o imóvel reverterá, com todas as benfeitorias, ao patrimônio público municipal, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem quaisquer ônus para o Município, salvo se esta for renovada.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de abril de 2001.

*[Signature]*  
**APARECIDO FARIAS SPADA**  
Prefeito Municipal

